

## OLHAR DIFERENCIADO PARA A INFÂNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Franciely Peixoto Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus União da Vitória. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus União da Vitória.

Contato: franciely-peixoto@hotmail.com  
aecmari@gmail.com

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma pesquisa sobre a brincadeira e o espaço da educação infantil. Neste sentido, o estudo adotou os moldes da pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, amparada pelos autores da bibliografia especializada com especial destaque para: Leontiev (2010), Barbosa e Horn (2001) e Schmitt (2013), bem como fundamentou-se nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010). Verificou-se que mesmo havendo um avanço em relação à organização do espaço para o brincar nas instituições de educação infantil, ainda se faz necessário políticas públicas efetivas para uma estrutura que contribua para o desenvolvimento dos alunos que frequentam estas instituições.

Palavras-chave: Educação. Educação Infantil. Brincar. Espaço.

---

### INTRODUÇÃO

Tendo em vista a problemática, em que medida as políticas públicas, que regulamentam os espaços e a infraestrutura da Educação Infantil, estabelecem parâmetros para o desenvolver da brincadeira e para o desenvolvimento infantil, esta pesquisa visou realizar uma investigação quanto a importância da brincadeira e do espaço para a primeira etapa da educação básica, tendo em vista o comparativo de políticas públicas efetivas no tema e a criação de instituições de educação infantil no município de União da Vitória.

O estudo se desenvolveu nos moldes da pesquisa de cunho qualitativo, sendo uma pesquisa com fonte bibliográfica. O qual estabelece a educação como área de abrangência para a investigação dos pressupostos teóricos, tendo com eixos temáticos a educação infantil e as políticas públicas para a educação.

A pesquisa está fundamentada pelos autores da bibliografia especializada, destacando Leontiev (2010), Barbosa e Horn (2001) e Schimitt (2013), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010). A pesquisa realizada justifica-se no sentido de investigar as políticas que direcionam o espaço e a infraestrutura, visando dar um aporte para as discussões sobre a efetivação dessas políticas na infraestrutura desse espaço educacional.

Levando em consideração que a infraestrutura e o espaço são aspectos relevantes para as condições ofertadas de desenvolvimento infantil nesta etapa da educação, este presente trabalho pretende apresentar reflexões sobre o espaço da brincadeira e sua relação com o desenvolvimento infantil, bem como a visão de espaço definida pelos documentos norteadores da infraestrutura da educação infantil no âmbito nacional e apontar possíveis fragilidades quanto a efetivação dessas normativas.

## **1 O BRINCAR E A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Ao relacionar o desenvolvimento infantil com o espaço físico, Barbosa e Horn (2001) apontam que a organização deste é fundamental para o desenvolvimento das crianças, pois o mesmo auxilia no desenvolvimento motor, sensorial, simbólico, da ludicidade e nas relações sociais.

Em discussão sobre a socialização Rolim, Guerra, Tassigny (2008, p. 179) discorrem que:

O desenvolvimento da pessoa está extremamente ligado à sua relação com o ambiente sociocultural e só irá vingar se tiver o contato e o suporte de outros indivíduos de sua espécie. O desenvolvimento fica impedido de ocorrer na falta de situações propícias ao aprendizado. Com isso, é possível entender que o brincar auxilia a criança nesse processo de aprendizagem. Ele vai proporcionar situações imaginárias em que ocorrerá o desenvolvimento cognitivo e irá proporcionar, também, fácil interação com pessoas, as quais contribuirão para um acréscimo de conhecimento.

Esta concepção auxilia no entendimento da relação do ambiente e o desenvolvimento, pois os autores supracitados ressaltam o desenvolvimento por meio de brincadeiras e a necessidade de situações que favoreçam para isto, portanto, o espaço educacional deve colaborar para estas situações propícias.

Dentre as perspectivas psicológicas que tratam do desenvolvimento infantil, destaca-se psicologia histórico cultural. Esta perspectiva apresenta que o brinquedo na idade pré-escolar

surge a partir da sua necessidade de agir em relação não apenas ao mundo dos objetos diretamente acessíveis a ela, mas também em relação ao mundo mais amplo dos adultos. Uma necessidade de agir como um adulto surge na criança, isto é, de agir de maneira que ela vê os outros agirem, da maneira que lhe disseram, e assim por diante (LEONTIEV, 2010, p. 125).

Leontiev<sup>1</sup> (2010) aponta que o brinquedo não pode ser considerado apenas como o resultado de uma ação, definindo quem ganhou ou perdeu, mas deve ser considerado o processo, e a participação na brincadeira. Por meio disso, é possível compreender que o ambiente escolar deve conter o lúdico, desta maneira a sala de aula, como os demais espaços da educação infantil devem ser pensados nesta perspectiva, visando a atração e o bem-estar das crianças. Esta ludicidade no ambiente é capaz de influenciar nas relações das crianças com os objetos, pois um ambiente atrativo pode trazer inúmeras contribuições para o desenvolvimento infantil.

Scherer (2013) argumenta que a ludicidade na educação infantil proporciona o desenvolvimento da sociabilidade, tanto na capacidade de reconhecer o seu corpo, quanto no reconhecimento espacial e desenvolvimento da língua, por meio dessas competências que as crianças interagem com o meio, trocando conhecimentos e vivenciando situações não tão comuns em seu cotidiano.

Pensando no espaço da educação infantil, Schimitt (2013, p. 25) apresenta que os “espaços nunca são neutros, mesmo os mais cotidianos e habituais de nossa vida. A presença ou ausência de objetos e a forma como são organizados sempre estão comunicando algo ‘sobre’ e ‘para’ as pessoas que ali convivem”. Nesse sentido, é possível analisar que a organização do espaço escolar tem influência com a comunicação e por isso é organizado para as pessoas que ali convivem.

Ainda a autora aborda mais contribuições para o entendimento do espaço, qual apresenta que as pessoas modificam os espaços que se relacionam, os quais deixam sua marca pessoal e social. Neste contexto o professor organiza o espaço visando a relação da criança com os objetos e o espaço (SCHIMITT, 2013, p. 26). Desta maneira, o professor é capaz de transformar o espaço da educação infantil, qual o modifica para uma melhor relação dos alunos com o mesmo e assim deixa a sua personalidade no espaço ao organizá-lo.

---

<sup>1</sup> Leontiev nasceu em 1903 e morreu em 1979. Trabalhou com Vigotski e desenvolveu pesquisas sobre as relações entre o desenvolvimento do psiquismo humano e a cultura.

Barbosa e Horn (2001, p. 73) definem que “os espaços educativos não podem ser todos iguais, o mundo é cheio de contrastes e de tensões, sendo importante as crianças aprenderem a lidar com isso”. Deste modo, o professor deve organizar os espaços educacionais de diversas maneiras, a fim de ampliar as vivências com os contrastes existentes, proporcionando às crianças o convívio com diferentes realidades de tensões.

Neste mesmo viés, Ferreira (2013) traz uma contribuição com a concepção de que os espaços devem ser organizados para as crianças, pelo motivo desses serem das mesmas. Todavia, as crianças devem contribuir para esta organização, dos seus objetos e dos lugares. Outrossim, os ambientes educacionais são compostos por diversos segmentos. Barbosa e Horn (2001, p. 73) direcionam que:

Ao pensarmos no espaço para as crianças devemos levar em consideração que o ambiente é composto por gostos, toque, sons, e palavras, regras de uso do espaço, luzes e cores, odores, mobílias, equipamentos e ritmos de vida. Também é importante educar as crianças no sentido de observar, categorizar, escolher e propor, possibilitando-lhes interações com diversos elementos [...].

Neste sentido, o professor deve considerar estes componentes ao ambiente e instigar a observação e a interação com este espaço. Quanto aos odores, as autoras indicam cogitar o cheiro das pessoas e dos lugares da escola, no que se refere ao primeiro, seria o cheiro dos funcionários, das crianças e das famílias, quanto ao segundo, o banheiro, a cozinha, a área externa, dos brinquedos e dos materiais. Sobre os ritmos da chegada, levar em consideração o espaço de repouso, a área das atividades e o espaço da alimentação. Já em relação à mobília e as suas cores, devem ser adequados ao tamanho da pessoa que utiliza, a decoração deve ser criada por todos que frequentam durante o ano letivo, pois o espaço é uma construção temporal. Além destes apontam: os sons, as palavras, o gosto das diversas comidas, os elementos naturais e o corpo.

Quanto ao espaço interno, a organização das salas faz parte da ação pedagógica, que deve estar relacionada com o número de crianças, a faixa etária e as características do grupo, utilizando-se materiais diversificados no chão, nas laterais e no teto. Neste contexto, a organização do chão pode ser com tapetes, panos ou plásticos coloridos, as laterais com estantes, biombos e cortinas, e no teto os móveis, placas de informação e toldos com lençóis (BARBOSA; HORN, 2001, p. 76). Sugere-se que os alunos e as famílias participem também desta organização durante o ano, modificando conforme as necessidades que vão surgindo. A maneira como “organizam o funcionamento do parque ou da sala prevê e ativa estes espaços como palco dos diversos encontros sociais que têm as crianças entre elas, com as professoras e as auxiliares” (FERREIRA, 2013, p. 161).

Deste modo, é possível compreender que a organização do espaço tem relação com as interações sociais entre os sujeitos no âmbito escolar e também está relacionada com a exploração do espaço pelo viés infantil. Neste sentido, faz-se necessário diferentes propostas feitas pelos educandos para os espaços, ampliando assim as possibilidades de pesquisa e de autonomia (THIAGO, 2012, p. 59).

Sobre a formação da identidade e da autonomia, Barbosa e Horn (2001) apontam o que o uso dos espaços internos pode auxiliar no desenvolvimento das mesmas. Mencionam que por meio da personalização dos espaços e dos objetos, os alunos desenvolvem a autonomia ao realizar as tarefas, qual deve dominar os espaços, como o uso do banheiro, do refeitório e da sala. Assim também, como viabilizar a construção de diferentes aprendizagens, por meio do planejamento do uso dos jogos, dos materiais e dos livros no ambiente educacional. Por fim, este lugar deve promover oportunidades para o contato social e a privacidade, sendo recomendado variar o tamanho dos espaços, visando a utilização individual ou em grupo.

Ferreira (2013) expõe a ocorrência de uma valorização do espaço interno quanto ao externo, no que se refere às relações de conhecimento com as crianças, entretanto o mesmo pode proporcionar experiências significativas de mundo. Neste sentido a infraestrutura escolar externa está relacionada com a utilização do parque, qual

se apresenta como espaço de disputa, transgressão, resistência, criação, conformação, espaço de cultura, de poder e, principalmente, espaço da brincadeira. É nele que as crianças experimentam com maior vivacidade a construção da sua autonomia. Ele se revela espaço especial na educação. Nesse sentido, considero a necessidade de os educadores terem maior atenção a respeito da participação dos adultos nesses momentos, seja na maneira de organizar e disponibilizar objetos e brinquedos de forma desafiadora, seja como parceiros de brincadeiras das crianças (FERREIRA, 2013, p. 158-159).

Nesse contexto, o parque é um espaço onde ocorre diversas situações, embora a brincadeira seja a de maior relevância, como citado ocorre a disputa, a resistência, a criação e cultura. Este espaço é especial para a educação infantil, pois proporciona autonomia. Ferreira (2013) valoriza a interação do professor na organização deste espaço, qual deve junto brincar e desafiar as crianças. Neste sentido, o parque não deve ser diminuído a apenas a brincadeira livre, mas abranger também as direcionadas.

Para Barbosa e Horn (2001), o parque deve possuir trepa-trepa, escorregadores, escada, ponte pênsil, tábua, túneis, gira-gira, equipamentos de ginástica, piscinas, bacias e esteiras. O parque é coletivo, é onde ocorre interações de grupos, como a interação de uma turma com outra e de professores e auxiliares. É por meio da brincadeira neste espaço que essas interações acontecem e onde as crianças podem decidir a permanência da mesma, como também na definir os brinquedos e materiais (FERREIRA, 2013, p. 167).

Neste sentido, a brincadeira auxilia no processo de socialização dos indivíduos de uma mesma instituição educacional infantil e ainda permite a exploração da tomada de decisão quanto o desenvolvimento dessas brincadeiras.

Quanto o desenvolvimento de jogos imitativos, Barbosa e Horn (2013) indicam que o ideal seria que a escola possuísse casinha de bonecas, gabinete médico, instituto de beleza, escritório, banco, cabanas, suporte para teatro e cesto para dramatização. Neste sentido, a organização do espaço educacional fica mais elaborado, o qual amplia a necessidade de equipamentos ideais para a realização destes jogos imitativos.

Ferreira (2013) aponta que os espaços facilitam o desenvolvimento das diversas brincadeiras e interações sociais, neste sentido se faz necessário espaços adequados para a realização das brincadeiras. Ainda a autora instiga acerca do que as crianças fazem no parque, “primeiramente elas brincam; em segundo lugar, elas brincam; e em terceiro lugar, entre outras coisas, tornam novamente a brincar” (FERREIRA, 2013, p. 169). Neste contexto, é possível compreender que basicamente as crianças brincam no parque, entretanto se faz necessário compreender a complexidade desta brincadeira.

Todavia o que se percebe que as propostas apontadas pelos autores não é a realidade de todos as instituições de educação infantil e que as políticas públicas para esta etapa da educação básica não estão sendo cumpridas. Para tanto, se faz necessária a compreensão da utilização do espaço pelo viés teórico e das políticas públicas. Neste sentido, a próxima parte da pesquisa aborda as políticas públicas envolvidas no espaço educacional em questão, evidenciando os direcionamentos nacionais para o espaço e infraestrutura da educação infantil.

## **2 OS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DETERMINAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Este segmento do estudo pretende apresentar as políticas que direcionam o espaço e a infraestrutura na educação infantil no Brasil, neste contexto contempla os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), Manual de Orientações Técnicas: Mobiliário e Equipamento Escolar (2017) e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006).

Brasil (2006b, p. 17) direciona que “a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a

criança de 0 até 6 anos de idade”, neste sentido é possível entender que é no espaço da educação infantil que os sujeitos realizam relações educativas. Neste contexto,

As crianças precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a:

- brincar;
- movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre; • expressar sentimentos e pensamentos;
- desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão;
- ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas;
- diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil (BRASIL, 2006b, p. 18).

Desta maneira, as crianças devem receber incentivos para realizar estas ações e a necessidade de espaços amplos e ao ar livre para a criança se movimentar e brincar, os quais devem ser valorizados. Outro ponto relevante é que as instituições de Educação Infantil, ao organizar os espaços e materiais, devem garantir condições para o trabalho coletivo e que assegurem muitos aspectos (BRASIL, 2010, p. 19-20).

Quanto a integralidade da educação, é primordial relacionar o processo educativo com o cuidado. Neste sentido, deve-se proporcionar o desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo, linguístico, ético, estético e sociocultural, bem como deve ser um espaço de participação da família, qual é preciso dialogar e valorizar a mesma.

É básico que este espaço reconheça as diferenças e necessidades das crianças com idades diversas, respeitando o individual e o coletivo das mesmas, sendo indicado a interação das crianças de igual e diferente idade, assegurando a mobilidade das crianças nos diversos ambientes da instituição de ensino. Desta forma, garante-se a acessibilidade dos espaços e elementos que compõem o mesmo e do empoderamento por parte das crianças nas vivências educativas. Neste contexto, existe a concepção que a instituição de educação infantil é onde o educando “realiza suas experiências. Planejar esse ambiente para torná-lo educativo depende da qualidade das relações com o mundo material (objetos e mobiliário) e imaterial (concepções) possibilitando à criança um tempo e um espaço para construir e realizar seus objetivos” (BRASIL, 2017, p. 21).

Diante disso, a observação do espaço da educação infantil torna mais complexo, visto que há muitos aspectos a serem desenvolvidos neste meio, tendo em vista que “o espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, ‘brincável’, explorável, transformável, e acessível para todos” (BRASIL, 2006a, p. 10). Para tanto, é possível verificar uma lista de condições

para a infraestrutura das instituições de Educação Infantil, as quais devem atender as necessidades quanto a saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego dos alunos (BRASIL, 2006c, p. 42). Outrossim, é necessário que seja acessível para as crianças com necessidades especiais, proporcionando interações entre os adultos e as próprias crianças, o qual provoque a criatividade e a aprendizagem das mesmas e seja um lugar disponível para os alunos. Neste sentido, os professores se tornam responsáveis pela conservação dos materiais e equipamentos disponíveis, o qual deve proporcionar a exposição das atividades nas paredes da instituição, com mobílias, materiais e paredes que tornem o ambiente mais bonito e confortável e que estes não tragam problemas de saúde as crianças.

Neste contexto, o espaço da educação infantil deve atender as necessidades dos professores da instituição, bem como as das crianças e sua família, assim os espaços:

são construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, segurança, descanso, interação, estudo, conforto, aconchego de profissionais e familiares e/ou responsáveis pelas crianças; adequam-se ao uso por adultos com necessidades especiais; são previstos espaços para o acolhimento das famílias e/ou responsáveis, tais como local para amamentação, para entrevistas e conversas mais reservadas e para reuniões coletivas na instituição de Educação Infantil; é prevista a instalação de um quadro de avisos ou similar em local de fácil visualização na entrada e nas salas da instituição de Educação Infantil. São destinados espaços diferenciados para as atividades das crianças, para a dos profissionais, para os serviços de apoio e para o acolhimento das famílias e/ou responsáveis (BRASIL, 2006c, 44).

Nesta perspectiva, a organização do espaço deve atender as necessidades educativas, como por exemplo, o ambiente para crianças de 0 a 1 ano deve ser composto por sala de repouso, sala para atividades, fraldário, lactário e solário a fim de proporcionar um local para o cuidado, educação e também desenvolvimento da criança, pois elas necessitam de um espaço licencioso e confortável para explorar, descansar e realizar a alimentação (BRASIL, 2006a, p. 11).

A sala para a realização das atividades desta faixa etária deve ser “organizado de forma estimulante, confortável, aconchegante, segura, adequada à proposta pedagógica da instituição e que permita o desenvolvimento da criança, dando-lhe suporte para a realização de explorações e brincadeiras” (BRASIL, 2006a, p. 12). Neste sentido, a organização do ambiente deve ser direcionada para o desenvolvimento da criança, tanto nas explorações, quanto nas brincadeiras.

A sala de atividades para as crianças de 1 a 5 anos,

deve ser visto como um suporte que possibilita e contribui para a vivência e a expressão das culturas infantis – jogos, brincadeiras, músicas, histórias que expressam a especificidade do olhar infantil. Assim, deve-se organizar um ambiente adequado à proposta pedagógica da instituição, que possibilite à criança a realização de explorações e brincadeiras, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança, interações socioeducativas e privacidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2006a, p. 16).

No contexto abordado, é possível compreender que o aluno se desenvolve no espaço educacional e existem orientações para a concepção espaço escolar, os quais houve um avanço neste olhar. Sobre a organização do espaço, Brasil (2017, p. 11) direciona que:

Os espaços organizados pelos educadores devem proporcionar descobertas e incentivar a autonomia das crianças, proporcionando um ambiente acolhedor e desafiador que dê a elas a oportunidade de fazer suas escolhas conforme seus interesses e, devem também ser facilitadores de aprendizagens, oferecendo a elas a possibilidade de deslocar-se, criando plenas possibilidades de expressar-se através das diferentes linguagens.

Neste contexto o fazer pedagógico do professor e as políticas públicas devem valorizar este espaço de desenvolvimento, como também há necessidade de investimentos para que os projetos sejam cumpridos.

Sob esta perspectiva, uma fonte de verificar se os espaços das instituições de educação infantil de um município seguem os parâmetros de infraestrutura é averiguando o ato de criação dos mesmos, uma vez que as políticas públicas regulamentadores surgiram a partir de 2006, ou seja os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), outrossim apenas em 1996 que a educação infantil foi definida com a primeira etapa da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases (1996).

Para tanto, foi feita uma pesquisa documental nos atos regulamentários das instituições de educação infantil de uma cidade no sul do Paraná. É importante salientar que somente uma pesquisa nestes parâmetros não dá conta da totalidade, porém fornece subsídios para a continuidade de pesquisas sobre o tema, como por exemplo, estudos comparativos sobre a infraestrutura.

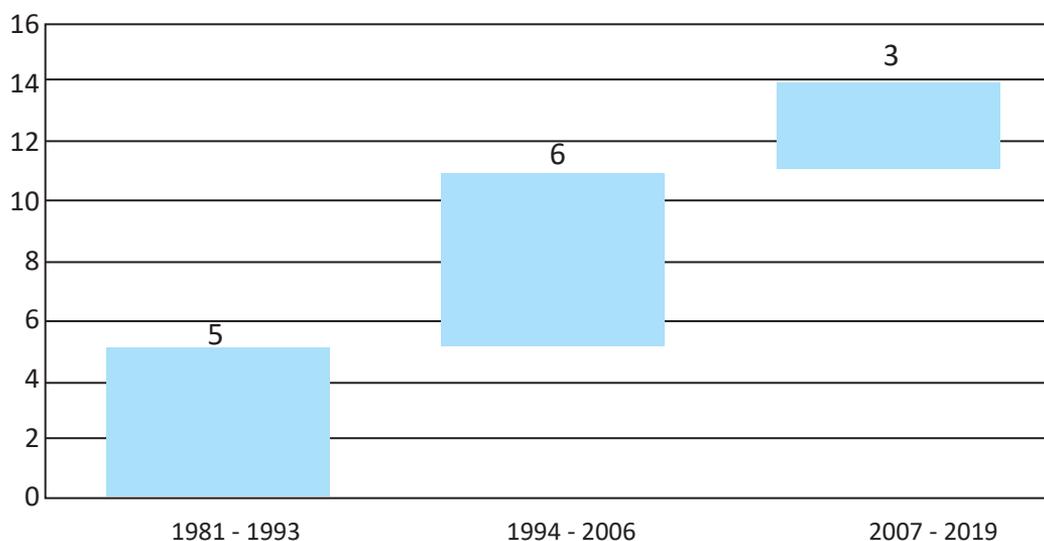
TABELA 1 – CEMEIS – Município Sul do Paraná

CEMEI	Ano de Criação
Angela Crestani	2008
Eneida Fagundes	2010
Estela Venâncio Caus	2003
Herbert P. Woehl	2006
Ilta Lúcia Rodrigues	1996
Lavínia Dileta Romanzini	1990
Leonice Martins Hirsch	2005
Maria Flenik	1985
Mário Rieseberg	1999
Odete Conti	1996
Ruth Yelita Forte	2007
Sagrada Família	1988
Zilá Palma Fernandes	1985
Zuleika Pigatto Barbosa	1985

FONTE: Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIS de União da Vitória (2019)

A tabela 1 apresenta a síntese do ano de início do funcionamento dos Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIS de União da Vitória, para melhor visualização dos períodos de criação dessas instituições foi elaborado um gráfico, o qual marca a fundação dos CEMEIS em 12 anos e divide após o início de políticas para o espaço e a infraestrutura das instituições de educação infantil.

GRÁFICO 1 – Quantitativo de criação dos CEMEIS por períodos



FONTE: As autoras (2019)

A partir das documentações sobre a criação dos CEMEIS, conforme o gráfico 1 é possível observar, que a maioria foram criadas antes dos documentos que regulamentam a infraestrutura, e neste sentido, não havia um documento legal que direcionasse a organização do espaço de forma a contemplar as exigências dos órgãos regulamentadores. Outrossim, legalmente, a educação infantil passou a fazer parte da educação básica somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, ou seja, configurou-se, a partir desta lei, como instituição de ensino. Este fato determinou diretrizes específicas para seu funcionamento, entre estas, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2010), que aponta em relação à organização do espaço “o cuidado como algo indissociável ao processo educativo” (BRASIL, 2010, p. 19).

Neste viés, o espaço deve proporcionar a relação entre o cuidar e o educar, um processo que requer a reorganização do espaço levando em consideração “A indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança”, bem como “Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição” (BRASIL, 2010, p. 20). Ao verificar pelo gráfico as datas das construções, observa-se que as mesmas foram estruturadas pelo viés assistencialista, pois até 1996, as instituições de educação infantil estavam sob a responsabilidade da Assistência Social, sem o cuidado com os aspectos educativos e as teorias fundamentadoras do desenvolvimento infantil, como por exemplo, a importância de um espaço potencializador para o brincar.

Diante deste contexto histórico, Turci (2012) apresenta que o objetivo das instituições de educação infantil antes da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) era apenas de cuidado com os filhos das mães que precisavam trabalhar, neste modo tinha-se um caráter de prestar assistência aos filhos da classe trabalhadora do país. Deste modo, o potencial dessas instituições estava diminuído apenas ao cuidar, sem haver a preocupação com o desenvolvimento das crianças que frequentavam este local. Ainda a autora supracitada, discute que tiveram algumas evoluções significativas no âmbito nacional quanto a concepção de infância, o qual promoveu mudanças na visão de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos educandos desde a implantação da LDB vigente.

Estas mudanças que estão acontecendo são de grande valia para a educação em geral e, portanto, para a qualidade das condições ofertadas na educação infantil. Entretanto, se faz necessário apontar que essas mudanças foram necessárias e que existem aspectos para serem potencializados, pois o fato de as instituições de educação infantil terem sido criadas antes destes parâmetros norteadores deve ser levado em consideração. Este aspecto pode acarretar fragilidades, pois uma estrutura tendo como respaldo as teorias tanto pedagógicas,

como a importância da brincadeira e o aporte técnico, como a estrutura ideal, contribui de forma efetiva para o desenvolvimento infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do espaço é importante para o desenvolvimento infantil e social, o qual deve ser pensado e modificado pelas pessoas que convivem neste local, até mesmo a organização deve contemplar as sugestões dos alunos e seus pais. Tendo em vista a organização e exploração do espaço realizada pelos alunos, o professor deve ampliar as vivências por meio dos contrastes diversos que os ambientes da educação devem possuir.

Quanto aos espaços internos, a sala deve possibilitar a autonomia dos alunos e contemplar o lúdico, pois o mesmo desenvolve a sociabilidade. Neste sentido é possível compreender que a socialização tem relação com o ambiente. Outro ponto importante é que a interação realizada pelas crianças feita por meio do brinquedo com o espaço e com as pessoas contribuem para a ampliação do conhecimento, neste contexto o espaço deve facilitar o desenvolvimento da brincadeira.

Ainda, todos os espaços da instituição educacional devem ser valorizados, dando importância para os locais externos também, pois este espaço é uma oportunidade de desenvolvimento da criança, o qual professor deve auxiliar na organização do mesmo, visando proporcionar a exploração e desafios aos educandos.

Além do viés teórico abordado sobre o espaço da educação infantil, é relevante compreender as políticas públicas que regulamentam este local no país. Deste modo a educação infantil é um espaço de convívio coletivo com base em relações educativas, destacando que a organização desse local deve estar em conformidade com a proposta pedagógica da instituição.

É apontado a necessidade de amplos espaços para possibilitar o movimento das crianças e o desenvolvimento de brincadeiras. Além disso, o professor deve pensar na organização do ambiente escolar visando o avanço infantil, contemplando o lúdico e a exploração. Ainda este local deve contemplar as necessidades da faixa etária que frequenta estes espaços, portanto deve ser acessível para as crianças.

Deste modo, é possível analisar que os autores da bibliografia especializada e as políticas públicas que regulamentam este espaço possuem uma concepção de espaço educacional ideal e que embora ambos estejam em concordância, é possível problematizar

a real efetivação dos aspectos apontados, tendo em vista que os documentos que regulamentam são recentes e muitas instituições de educação infantil foram construídas antes dessas orientações.

Ao final do texto, é discutido o contexto histórico da construção de grande parte desses espaços educacionais, levando em consideração a concepção criança e instituição de educação infantil neste contexto histórico.

Outrossim, pode-se observar que apesar das políticas públicas para a educação infantil, os CEMEIS ainda carregam as marcas do contexto histórico e cultural a qual foram construídos, pois quando foram idealizadas estas instituições de ensino não se tinha os parâmetros para tal, o qual ainda não contemplava em sua totalidade a visão de desenvolvimento da criança e a concepção de um espaço adequado para potencializar as ações pedagógicas desenvolvidas nesses locais.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na educação infantil. IN: CRAIDY, Carmem; KAERCHER Gládis. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-80.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da educação. **Manual de orientações técnicas: mobiliário e equipamento escolar, educação infantil**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2006b. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC, 2006c. v. 2.

FERREIRA, Zenilda. Tempos e espaços para brincar: o parque como palco e cenário das culturas lúdicas. In: ROCHA, Eloisa; KRAMER, Sonia. **Educação infantil: enfoques em diálogo**. ed. 3. Campinas: Papyrus, 2013. p. 157-176.

LEONTIEV, Alex N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. IN: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 119-142.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20vygotsky.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SCHERER, Anelize Severo. **O lúdico e o desenvolvimento: a importância do brinquedo e da brincadeira segundo a teoria vigotskiana**. 2013. 35 f. Monografia (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4233/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_10.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4233/1/MD_EDUMTE_2014_2_10.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SCHMITT, Rosinete. Técnicas corporais, cuidado de si e cuidado do outro nas rotinas com bebês. In: ROCHA, Eloisa; KRAMER, Sonia. **Educação infantil: enfoques em diálogo**. ed. 3. Campinas: Papyrus, 2013. p. 35-52.

THIAGO, Lilian Pacheco. Espaço que dê espaço. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 51-62.

TURCI, Francielle. **O cuidar e o educar nas políticas públicas para a educação infantil**. 2012. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/12423420-O-cuidar-e-o-educar-nas-politicas-publicas-para-educacao-infantil.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.